

PROVIMENTO Nº 13, DE 10 DE ABRIL DE 2024.

Altera o Provimento CGJ/AL nº 13, de 24 de maio de 2023.

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o preceituado no art. 5º, LXXVIII, da CF/88, no qual se determina que a todos é assegurada a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação no âmbito judicial e administrativo, bem como as diretrizes decorrentes do princípio da eficiência albergado no art. 37 da CF/88;

CONSIDERANDO a constante necessidade de aprimoramento das atividades administrativas e judicantes, objetivando a efetiva e célere prestação jurisdicional;

RESOLVE:

Art. 1º O Provimento CGJ/AL nº 13, de 24 de maio de 2023, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 307.

[...]

§ 3º Nos casos de cumprimento de sentença definitiva que tramitem nos autos do processo principal, deverá ser procedida a devida evolução de classe para cumprimento de sentença, bem como reativado os autos para a situação “em andamento”, com a movimentação 11385.

[...]

Art. 384.

[...]

§ 8º

[...]

II - cientificar as partes do retorno dos autos da instância superior, cumprindo, ao mesmo tempo, o Acórdão/Sentença, além de lançar a precisa movimentação no sistema correspondente, alterando para julgado ou em andamento.

[...]

Art. 590.

[...]

§ 1º As certidões cíveis e criminais positivas poderão ser emitidas na sede da Comarca onde tramita o feito, ou no Setor de Distribuição do Fórum da Capital, quanto a processos que tramitam em qualquer Comarca do Estado de Alagoas.



[...]

Art. 603. Quando a pessoa responsável pelo pagamento das custas tiver sido citada por edital, é desnecessária a expedição de novo edital para pagamento por ocasião da sentença.

§ 1º Em sendo o réu revel é desnecessária a intimação para pagamento de custas, devendo proceder a remessa da certidão de débito ao FUNJURIS, independente de despacho.

§ 2º Em não sendo localizada a parte, no endereço constante nos autos, é desnecessária a intimação para pagamento de custas, devendo proceder a remessa da certidão de débito ao FUNJURIS, independente de despacho.

[...]

Art. 924. Os termos de apresentação de pedidos deverão conter todos os requisitos estabelecidos no art. 14, § 1º, da Lei nº 9.099/95, devendo ser utilizado, preferencialmente, os seguintes modelos:

I – queixa cível: Cód. 16191 - Termo de Queixa Cível;

II – queixa crime: Cód. 16190 - Termo de Queixa Crime.

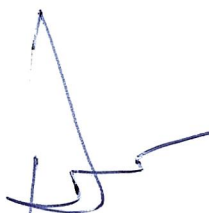
§ 1º Preferencialmente, a secretaria do juizado deverá preencher eletronicamente os modelos a que se refere o caput deste artigo, colhendo, posteriormente, a assinatura da parte autora.

§ 2º Nas unidades judiciárias com competência de juizado cível, o modelo Cód. 16191 - Termo de Queixa Cível, que integra o ANEXO XVII deste Provimento, deve ser disponibilizado também de modo físico.”

Art. 2º Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Maceió, 09 de abril de 2024.



Des. Domingos de Araújo Lima Neto
Corregedor-Geral da Justiça

DISPONIBILIZADO NO DIÁRIO
DA JUSTIÇA ELETRÔNICO
Em 11/04/2024

ANEXO ÚNICO DO PROVIMENTO Nº XX, DE XX DE MARÇO DE 2024
Acrescenta o ANEXO XVII ao Provimento nº 13, de 24 de maio de 2023

PETIÇÃO INICIAL

Conforme art.14, § 3º, da Lei nº 9.099/95

01 - Qualificação da parte autora

DEMANDANTE → É o AUTOR da ação. DEMANDADO → É a PARTE CONTRÁRIA da ação.

DADOS DO(A) DEMANDANTE Pessoa Física () Pessoa Jurídica ()

Nome _____

Possui nome social? Não () Sim (). Qual? _____

Data de Nascimento: ____/____/____ Endereço Completo: _____

CEP: _____ Bairro: _____

Cidade: _____ Estado: _____ RG/CNH nº: _____

Org. Exp. _____ CPF/CNPJ nº: _____ E-mail: _____

Fone res.: _____

Cel.: () _____

Tem mais de 60 anos? Sim () Não ().

Possui alguma doença grave? Não () Sim (). Qual? _____

Autoriza o recebimento de intimações através de WhatsApp? Sim () Não

() Gostaria de participar de audiências de forma () virtual () presencial.

02 - Assunto da ação

A. () Assuntos bancários

B. () Telecomunicações/telefonia/internet

C. () Obrigação de fazer/não fazer

D. () Concessionárias de serviços públicos (energia elétrica/água)

E. () Execução de título(s) judiciais/extrajudicial(ais)

F. () Despejo para uso próprio

G. () Indenização por () dano material () dano moral

H. () Rescisão contratual () com devolução de parcelas ou multa

I. () Cobrança

J. () Planos de saúde

K. () Outros: _____



 CORREGEDORIA GERAL
DA JUSTIÇA DE ALAGOAS

03 - Qualificação da parte demandada

Pessoa Jurídica ()

Nome: _____

Endereço Completo: _____

CEP: _____ Bairro: _____ Cidade: _____

Estado: _____ RG nº: _____ Org. Exp. _____ CPF/CNPJ nº _____

E-mail: _____ Fone res.: () _____ Cel.: () _____

Pessoa Jurídica ()

Nome: _____

Endereço Completo: _____

CEP: _____ Bairro: _____ Cidade: _____

Estado: _____ RG nº: _____ Org. Exp. _____ CPF/CNPJ nº _____

E-mail: _____ Fone res.: () _____ Cel.: () _____

04 - Fatos

Conte o que aconteceu, como foi, quando, onde, quais pessoas estiveram envolvidas, se houve testemunhas (cite os nomes) etc. Tente organizar os fatos em ordem cronológica.

[illegible]

This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue or grey ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There is no handwriting or other markings on the paper.

Sofreu algum tipo de dano? Se sim, que tipo de dano você sofreu?

() MATERIAL () MORAL () OUTRO: _____

Caso tenha sofrido algum dano material, especifique-o e cite o seu valor. Exemplo: 3 aluguéis atrasados, no valor total de R\$ 600,00.

Caso tenha sofrido algum dano moral, qual foi o motivo? Qual valor pretende receber como indenização por esse dano sofrido?

05 - Provas documentais

Quais documentos são apresentados para comprovar suas alegações? Quantas laudas? ____.

06 - Pedidos

Especificar o que pretende, por exemplo, ressarcimento de valores, desocupação do imóvel, rescisão/fim de contrato, realização de determinado ato pelo demandado, retirada de inscrição indevida dos órgãos de proteção ao crédito etc.

- a. () A concessão do benefício da justiça gratuita, por se tratar de pessoa hipossuficiente, que não conta no momento com condições financeiras de arcar com as custas processuais sem comprometer seu sustento e de sua família, nos termos do artigo 98 e seguintes do CPC;
- b. () A citação do(s) Demandado(s), no(s) endereço(s) indicado(s) nesta petição para, querendo, responder a presente ação, sob pena de revelia;
- c. () A designação de audiência de conciliação;
- d. () Provar o alegado por todos os meios de prova admitidos pelo direito no rito dos Juizados Especiais Cíveis;

e. Demais pedidos:

**CGJ****CORREGEDORIA GERAL
DA JUSTIÇA DE ALAGOAS**

Tem algum pedido de URGÊNCIA a fazer? () SIM () NÃO

Se tiver, qual é o pedido? Por qual motivo ele é urgente?

07 – Valor da causa

Somando tudo o que você deseja com a ação, qual o valor da causa?

Dá-se à causa o valor de R\$ _____.

08 - Rol de testemunhas

Nome: _____ Cel: (____) _____.

Nome: _____ Cel: (____) _____.

Nome: _____ Cel: (____) _____.

As testemunhas, até o máximo de três, deverão comparecer independentemente de intimação (art. 34 da Lei 9.099/95).

Termos em que pede deferimento.

_____/_____, _____ de _____ de _____.

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- O(A) demandante fica cientificado(a) de que a ausência injustificada a qualquer audiência designada importará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, podendo ser condenado(a) ao pagamento das custas processuais.

- Os documentos pertinentes ao processo podem ser juntados aos autos até a data da audiência de Instrução e Julgamento, contudo, preferencialmente, devem ser apresentados juntamente com este formulário ao ajuizar a ação.

- Caso haja mudança de endereço no curso do processo, o(a) demandante DEVE comunicar ao Juízo, sob pena de ser considerada eficaz a intimação enviada ao local anteriormente indicado, nos termos do art. 19, §2º, da Lei nº 9.099/95, implicando no arquivamento do feito.

- Neste ato, fica ciente e intimado(a) o(a) reclamante da Audiência de () conciliação () conciliação, instrução e julgamento designada para: ____/____/____, às: ____:____hs.

Assinatura do(a) DEMANDANTE

CERTIDÃO

